

## 1 INTRODUÇÃO

Ao fazer uma breve abordagem sobre o histórico da família e suas transformações ao longo do tempo, para melhor compreender sua relação com a Escola, sobretudo sua interferência na aprendizagem escolar da criança no ciclo da alfabetização, pode ser observado que, sem o melhor acompanhamento da família na vida escolar da criança, a Escola não consegue dar conta de toda sua formação, principalmente neste período em que a criança está aprendendo a ler e a escrever.

Ao longo deste trabalho, percebe-se que a maioria das famílias ainda não participa ativamente da educação escolar de seus filhos, principalmente as de classes populares, sendo que vários fatores de ordem familiar influenciam na aquisição da leitura e da escrita de diversas crianças.

Falando um pouco do histórico da família, sabemos que ela é o primeiro grupo social do qual a criança faz parte, onde desenvolve suas primeiras ações socializadoras. Para entender todo o contexto da instituição familiar, é necessário repensar em todo seu histórico, analisando que a família atual se estrutura de acordo com as mudanças socioculturais do meio.

Em tempos antigos a família, especialmente na Idade Média, era a única fonte de aprendizagem da criança, até que ela se tornasse adulta. Não somente a família, mas muitas vezes outras famílias ficavam responsáveis pela educação das crianças, e elas faziam o que a escola faz hoje: educar os indivíduos para vida.

Com o início da Idade Moderna, as primeiras instituições educacionais foram surgindo, onde os pais começaram a se preocupar em ter seus filhos por perto e a cuidar mais de sua educação. Vale ressaltar, ainda, que a criança só tinha maior convívio com a família no período das férias.

A partir do século XVII, ocorreu uma importante transformação na maneira de educar. A família passou a ter o papel essencial na educação e no desenvolvimento do país, logo após a chegada da família real no Brasil, tornando-se uma célula da sociedade onde, a partir da sua educação e instruções dos seus valores, engendram cidadãos de “boa índole”.

Neste mesmo período, iniciou-se a preocupação do Estado com a preservação das crianças, por duas intenções relevantes: a propagação da medicina e a intenção de atacar a influência dos desconhecidos às crianças e pô-las sob zelo de seus progenitores; e a segunda intenção estava relacionada a interesses econômicos e sociais, ou seja, uma forma de diminuir os custos com a pobreza e o uso da mão de obra perdida.

A família exerce um papel fundamental na aprendizagem escolar da criança, juntamente com a Escola. Sua participação ativa nesse processo facilita a prática pedagógica, porque tanto a Escola quanto a família é responsável pela inserção e interação do indivíduo no contexto social e pela formação da sua autonomia.

Considerando-se esse histórico e a produção desta pesquisa, constatou-se que uma grande parte de pais apresenta-se de forma parcial na educação escolar dos seus filhos, onde muitas vezes atribuem à Escola a total responsabilidade da aprendizagem dos mesmos. Estes costumam dizer que pagam a escola para que ela exerça sua função de ensinar, mostrando-se indiferente e eximindo-se de sua responsabilidade. Já no ensino público, uma boa parte dos pais alega não ter tempo de acompanhar seus filhos, por conta da longa jornada de trabalho para garantir o sustento básico da família.

É no lar que a criança inicia seu processo de aprendizagem e começa a desenvolver sua leitura de mundo. E este ambiente deve ser bem incentivador e estimulante, para que o indivíduo esteja mais preparado para iniciar seu processo de aprendizagem escolar.

No atual contexto da sociedade contemporânea, acerca da aprendizagem da leitura e da escrita da criança no ciclo da alfabetização, percebe-se que tanto a escola quanto a família apresentam dificuldades em criar uma parceria, para que as crianças obtenham uma aprendizagem escolar de qualidade.

No decorrer desses debates, a relação família-escola tem se configurado de forma complexa e resistente em relação aos pais e responsáveis da criança, sobretudo àquela que apresenta maiores dificuldades de aprendizagem no ciclo da alfabetização. Estes, na maioria das vezes, evitam enxergar certas dificuldades de seus filhos que muitas vezes são sinalizadas pelo professor.

Este trabalho partiu das minhas experiências como estagiária / professora do ensino fundamental nos 3º e 5º anos em quatro instituições pertencentes à rede municipal de ensino da cidade de Salvador e duas instituições de ensino privado.

Ao acarear essas vivências e o conhecimento adquirido no lócus universitário, emergiu a inquietação que consolidou este trabalho: Como a família interfere no processo de aprendizagem escolar da criança no ciclo da alfabetização?

Essa inquietação tornou-se mais presente ao perceber que a maioria das famílias dos alunos das escolas municipais quase não participa da vida escolar dos seus filhos, sua presença é quase inexistente nas reuniões de pais e mestres e, na maioria das vezes, não proporcionam aos seus filhos suporte básico como: alimentação, atenção, cuidados com higiene pessoal, etc., uma realidade totalmente diferente da maioria dos alunos das instituições de ensino privado, onde, em sua grande parte, os pais possuem um bom poder aquisitivo.

Para buscar respostas para a inquietação, este trabalho foi realizado na perspectiva qualitativa, pois de acordo com Minayo (1998, p. 21,23):

A pesquisa qualitativa responde as questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Neste percurso qualitativo, entrevistas foram feitas com professores da rede municipal e privada de ensino, para melhor validar minha pesquisa, ainda que ela seja de natureza qualitativa-bibliográfica, as entrevistas foram realizadas. Em sua dimensão bibliográfica Marconi; Lacatos (2001, p. 43-44) confirmam que:

A pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias consiste no levantamento de toda bibliografia já publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas em imprensa escrita [documentos eletrônicos. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto, com objetivo de permitir ao cientista o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações.

Com a realização das entrevistas, pude constatar ainda mais os diversos fatores que levam estes pais a não acompanharem a educação escolar de seus

filhos, por conta do seu próprio contexto econômico e social, como: a própria falta de escolaridade, desemprego ou trabalhos subumanos, lares formados somente por um progenitor, falta de esclarecimento sobre a importância do acompanhamento dos filhos na escola, carga horária de trabalho sobrecarregada, dentre outros. A falta de interesse pelo andamento da vida escolar do filho ocorre também na rede de ensino privado, porém com menos frequência que na rede pública, pois estes geralmente buscam ter mais informações sobre a educação escolar do filho.

As Diretrizes da educação nacional LDB (Lei nº 9394/96) em seu art. 2º, Dos Princípios e Fins da Educação Nacional, relata que:

A educação é uma das obrigações da família e do Estado para com a criança, preparando-lhe para uma vida social, instruindo-lhe através de processos formativos transmitindo-lhe saberes para sua formação profissional. É um direito assegurado a criança.

Além das transformações na família, outra instituição que sofreu mudanças de acordo com a sociedade foi a escola. O objetivo da escola é, juntamente com a comunidade, promover a formação para a cidadania e auxiliar o indivíduo sobre seus direitos e deveres como qualquer cidadão, para que os alunos participem nas relações sociais.

Não é somente função da escola ensinar, mas sim conduzir seus educandos ao saber. Ainda que encare várias demandas sociais, é dever da escola aprimorar o aluno como pessoa; ser uma instituição democrática; preparar o aluno para exercer a cidadania; qualificar o aluno para progredir no mundo do trabalho; fazer a articulação com a família; ter solidariedade humana; respeitar as diferenças; tolerar e zelar pela aprendizagem do aluno.

A escola, sendo considerada pressupostamente a extensão do lar, o trabalho da família integrado à escola torna-se importante para que ambos expressem a mesma linguagem, participando na aprendizagem escolar da criança. Esta relação da família e os estudos da criança, especialmente no ciclo da alfabetização, influenciam na aquisição da leitura e da escrita do aluno, pois uma relação sólida onde os pais se interessam e principalmente auxiliam os filhos nas lições de casa,

estimulando-os à leitura de diversas formas, contribui para que a criança se desenvolva bem em todos os âmbitos da sua vida escolar. No decorrer deste auxílio nas tarefas em casa, os pais deverão ainda notar o desempenho dos seus filhos se estão adequados, e se não estão, deverão sinalizar para a escola ou até mesmo contratar um professor particular, para que possa suprir tais carências.

É dever da família verificar a escola que mais se adeque às suas expectativas e que, ao mesmo tempo, seja do agrado da criança, bem como conhecer o projeto político pedagógico, posturas, comportamentos dos profissionais que serão responsáveis pela educação escolar do seu filho, dependências e estrutura física da escola.

Família e escola são instituições que se posicionam como sustentáculo para o ser humano, por isso quanto maior for a parceria entre ambas, melhores serão os resultados na construção, tanto formal quanto social, do ser humano.

Os pais precisam se conscientizar de que, sem a sua participação na educação formal dos filhos toda a formação deles pode ser comprometida e que esta deve ser constante, pois a vida escolar e familiar acontece simultaneamente e se complementam através das diversas experiências compartilhadas entre pais, filhos / alunos e professores, onde cada um deverá compreender as nuances de cada situação presentes em seu cotidiano.

Diante dos aspectos apresentados acima, o objetivo geral da pesquisa foi definido para investigar, a partir da literatura e de entrevistas, como a família pode interferir no processo de aprendizagem escolar da criança no ciclo da alfabetização. Desse modo, os objetivos específicos intencionaram identificar o contexto econômico e social das crianças que apresentam dificuldades da aquisição da leitura e da escrita e compreender o papel da família na vida da criança no contexto atual.

Por perceber a pouca participação das famílias, em especial as de classes populares, no processo de aprendizagem escolar das crianças, decidi investigar as causas que levam alguns pais a não fazerem este acompanhamento de forma precisa e com maior comprometimento. Como estudante do curso de pedagogia,

acredito ser de fundamental importância fazer uma análise sobre a interferência da família no processo de aprendizagem dos seus filhos no ciclo da alfabetização. Pretendo também contribuir para alargar o campo de conhecimento e subsidiar aos educadores e pais no aperfeiçoamento do processo de aquisição da leitura e da escrita das crianças.

Por se tratar de um trabalho de conclusão do curso de graduação, a produção do mesmo adveio da pesquisa bibliográfica na perspectiva qualitativa, como já foi citado anteriormente, e aplicação de entrevista com alguns educandos tanto da rede municipal de ensino quanto da instituição privada, as quais viabilizaram um bom entendimento acerca da temática escolhida. Foi feito um levantamento e análise do que já foi publicado sobre o tema de pesquisa escolhido, permitindo efetuar um mapeamento do que já foi escrito e de quem já escreveu algo sobre o tema da pesquisa Moresi (2003).

O trabalho teve como base os materiais bibliográficos acessíveis na biblioteca Anísio Teixeira da Faculdade de Educação – Universidade Federal da Bahia e análise documental escolar, a qual proporcionou melhor entendimento acerca da temática escolhida, *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), portal do Ministério da Educação, da Secretaria Municipal de Educação de Salvador, além de artigos, anais, periódicos, teses e dissertações disponíveis na *web*.

O texto desta pesquisa foi estruturado da seguinte maneira: no primeiro capítulo foi realizada uma breve abordagem sobre o histórico da família, com intuito de evidenciar sua nova configuração e as transformações sofridas ao longo do tempo e uma breve reflexão sobre a função da escola.

O segundo apresenta uma reflexão sobre o papel da família na educação atual de forma geral. Retrata suas transformações, novas configurações diante da esfera social e seu importante papel na educação escolar da criança.

O terceiro capítulo busca analisar as relações família-escola no processo de alfabetização de crianças, dando ênfase ao importante papel que estas devem desempenhar na busca por uma formação eficaz e de qualidade no processo de aprendizagem da leitura e da escrita da criança.

Com base nas ideias expostas acima, pretendeu-se ampliar os debates e incitar a reflexão acerca da interferência da família na aprendizagem escolar da criança, além de ressaltar a relevância desta etapa da educação básica (alfabetização) para melhor desenvolvimento das crianças na aquisição da leitura e da escrita.

## **2 O PAPEL DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO ATUAL**

A educação compreende a dinâmica do ensinar e do aprender. É um fenômeno que ocorre em diversas sociedades e nos grupos que nelas convivem e compartilham experiências das mais variadas formas, onde mantém e perpetua os mesmos com suas características singulares. É um processo de socialização em que o indivíduo através de diversos ensinamentos deve se adequar a um determinado grupo garantindo sua boa convivência. Já a prática da educação formal acontece tanto nos espaços específicos como nas instituições escolares de ensino e que se dá de forma intencional e institucionalizada, onde há diversos objetivos, métodos, técnicas e metodologias aplicadas visando, sobretudo o sucesso escolar do aluno e a educação informal de acordo com Libâneo (2010, p. 31):

A educação informal corresponderia a ações e influências exercidas pelo meio, pelo ambiente sociocultural, e que se desenvolve por meio das relações dos indivíduos e grupos com seu ambiente humano, social, ecológico, físico e cultural, das quais resultam conhecimentos, experiências, práticas, mas que não estão ligadas especificamente a uma instituição, nem são intencionais e organizadas.

A cada dia ficam evidentes as diversas mudanças que vem ocorrendo na educação atual, tanto de forma simples ou até mesmo de forma radical, em relação aos mais variados meios em que ela seja aplicada.

Em relação à família, sabe-se que esta também sofreu grandes transformações com os avanços das mudanças, por conta de variados fatores (tecnológicos, sociais, econômicos etc.) e com todas essas mudanças, o tempo dedicado à convivência ficou bem menor. Com a inserção das mulheres no mercado de trabalho, os pais transferiram à escola maior responsabilidade pela formação dos filhos, onde as crianças passam mais tempo na escola do que no seu próprio lar e principalmente em contato com a mãe. Pode-se perceber ainda que as famílias na maioria das vezes delegam a escola atitudes que deveriam ser desempenhadas por elas nos seus lares ao educar seus filhos, como até mesmo o uso da autoridade, a realização do afeto que dará à criança e a segurança necessária para construção das suas relações futuras.

A família é a primeira instituição que a criança tem contato e onde recebe, ou deveria receber os principais ensinamentos de suas vivências. Sua organização

interfere diretamente na aprendizagem e no desenvolvimento da criança. É onde também são trabalhadas questões de valores de lealdade, solidariedade, bondade e honestidade entre outros, assim como sua forma de interagir na escola. Mário Filho (1998, p. 13) afirma que:

A organização familiar é determinada por diversos fatores que se referem tanto às formas de organização interna do grupo familiar, quanto aos aspectos econômicos, sociais e culturais que os envolvem. A família é um veículo de transmissão de valores, como justiça, solidariedade, educação, saúde, respeito e responsabilidade.

“A família como toda instituição social, apesar dos conflitos, é a única que engloba o indivíduo em toda a sua história de vida pessoal” (PRADO, 1981, p. 09). É na família que a criança inicia suas experiências educativas, sociais e históricas, onde aprende a se adaptar a diferentes situações. Ainda, segundo Prado (1981, pág.13):

A família influencia positivamente quando transmite afetividade, apoio e solidariedade e negativamente quando impõe normas através de leis, dos usos e os costumes. E quando transmite para seus filhos valores que alicerçarão todo seu convívio com a sociedade e com o mundo como um todo.

Assim a família é a grande responsável pela educação dos indivíduos. Negrine (1994) comprova que “a educação que vem antes da escola, aquela herdada da família é que vai definir a personalidade do indivíduo no contexto escolar”.

Analisando um pouco sobre sistema e subsistemas familiares pode-se verificar que “O sistema familiar pode ser compreendido como um grupo de pessoas que interagem a partir de vínculos afetivos, consangüíneos, políticos, entre outros, que estabelecem uma rede infinita de comunicação e mútua influência” (WAGNER, 2011, p-23). Assim a família é primeira instituição influenciadora e estimuladora na aprendizagem das crianças, pois é nela que estas iniciam seu processo de formação da autonomia e suas aprendizagens partindo em seguida para a escola.

O aluno é o principal objeto de estudo da escola, onde as práticas educacionais, escolares se realizam de forma positiva ou negativa. Mas independentemente da forma como essas práticas acontecem, todas objetivam promover a aprendizagem do aluno. “A aprendizagem é influenciar o comportamento

inicial do aluno por meio das experiências vividas na escola, na rua, na família”. (SEAGOE, 1978, p. 6).

Atualmente percebem-se vários tipos de famílias: famílias em processo de separação, intactas, famílias constituídas somente pelo homem ou somente pela mulher dentre outras. Havendo uma modificação radical no modelo tradicional de família, pois em tempos mais antigos o homem é quem era responsável em garantir o sustento da família. E hoje, pode-se perceber a alteração do papel da mulher na família, onde as questões de gênero são passíveis de mudanças, como afirma (REIS 2010, p. 17 apud BATTAGLIA, 2002, p.7):

Como construções sociais relativamente recentes, estas complexas reformulações familiares encontram-se sem modelo preestabelecido. Sendo assim, cada família necessita lidar com seus padrões e conceitos preestabelecidos para deles fazer emergir uma maneira original de constituir um grupo familiar com funções, direitos e deveres que atendam aos que dele participam. Nesta reformulação, as questões de gênero são inevitavelmente questionadas e pressionadas a transformarem-se.

Diante deste contexto, de tal pluralidade na configuração das famílias que tem buscado a geração de novos paradigmas explicativos que dêem conta de tal complexidade, já não dá para ver a sociedade como uma engrenagem que funcionará por partes isoladas, devendo levar em consideração a influência do ambiente que torna o sujeito um ser dinâmico em incessante relação e inserido em um contexto, no qual os valores, ações e reações são formadas e transformadas a todo instante. Assim essas mudanças ocorridas na estrutura e na configuração familiar estão diretamente relacionadas com a evolução da sociedade e vice-versa.

É através da educação doméstica que a criança desenvolve suas habilidades, recebem os primeiros ensinamentos, regras e aprendem a respeitar os outros, garantindo uma convivência harmônica na sociedade. E é na escola que todos esses ensinamentos são reforçados e novos conceitos e valores são acrescentados. Assim a família deve estar consciente do seu imprescindível papel inicial na educação escolar dos seus filhos e, sobretudo que esta tarefa não é responsabilidade somente da escola. Assim vale ressaltar que a educação é responsável pelo processo de socialização e a herança cultural do ser humano.

Assim, segundo Ribeiro (2009, p. 11):

É no meio familiar que a criança dá os primeiros passos e é neste que faz as suas primeiras aprendizagens. Assim, para transmitir conhecimentos a uma criança os pedagogos devem estar cientes das suas vivências e compreenderem o meio e a família onde estas estão inseridas. É, sem sombra de dúvidas, necessário uma relação próxima entre a escola e a família, uma vez que estas se influenciam reciprocamente.

Para uma boa aprendizagem escolar, principalmente no ciclo da alfabetização a criança precisa do apoio não só da escola, mais do acompanhamento dos seus pais. Principalmente no momento das lições, onde estes podem contribuir com a alfabetização dos filhos de diversas formas e podem ainda sinalizar para escola as dificuldades que seus filhos estão tendo durante este período. Para que tanto a família e a escola possam investigar formas de suprir estas dificuldades.

Assim quando na família a criança é estimulada a leitura antes mesmo de estarem na escola, esta se apresenta mais preparada e menos inibida no processo de aprendizagem da leitura e da escrita, pois a estrutura familiar é definidora na maioria das vezes pelo sucesso ou fracasso deste processo.

É preciso que as famílias estejam atentas a educação escolar dos seus filhos, e compreendam que esta vigília se findará somente quando este alcançar a maior idade e estiver verdadeiramente conscientes e responsáveis por si e pelos seus atos.

## 2.1 A FAMÍLIA SOTEROPOLITANA E A EDUCAÇÃO ESCOLAR

A cidade de Salvador localizada no estado da Bahia é constituída por diversas famílias onde uma grande parte da população possui baixo poder aquisitivo. Com 464, anos Salvador é uma cidade com grande influencia da cultura africana.

De acordo com o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), Salvador possui mais de 2,7 bilhões de habitantes, considerada umas das cidades mais populosas. É um município que apresenta uma grande porcentagem de negros posto que não seja a maioria da população, com diversas famílias de classes de operários e

trabalhadores subalternos de várias empresas tradicionais. Suas periferias são constituídas por diversas ruas, vielas, travessas e avenidas (espaço escondido e fechado). Estas avenidas tem status de pobreza e aponta aqueles que residem nas mesmas. Nas suas periferias há vários lares onde as famílias na maioria das vezes não dispõem de condições básicas e necessárias para sua sobrevivência. A cidade além de possuir grande desigualdade social, padece com extensos problemas como o desemprego, violência, iluminação pública, turismo sexual, serviço de saúde precário dentre outros.

Diferentemente das famílias de classe média alta, na cidade de Salvador as famílias de baixo poder aquisitivo não conseguem ofertar aos seus filhos educação de qualidade, onde na maioria das vezes delegam somente à escola a função de educar, justificando a necessidade de trabalhar durante longo período no dia para garantir as necessidades básicas da família. Faltando-lhes tempo para melhor acompanhar a vida escolar dos seus filhos. Conseqüentemente é natural que neste contexto haja diversos problemas como: falta de permanência da criança na escola, ou seja, contribuição para o grave aumento da evasão escolar das mesmas, crianças com déficit de atenção e falta de concentração durante a aprendizagem da aquisição leitura e da escrita, crianças com péssima formação escolar dentre outros.

Mas não somente a família é responsável por este lamentável quadro, pois no que se refere ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB a cidade de Salvador encontra-se posicionada em 26º lugar em relação as 27 capitais brasileiras. Há ainda pouco investimento de recursos na área da educação municipal da cidade, contribuindo para o aumento desse quadro alarmante de crianças pessimamente alfabetizadas. Nem a família, nem a escola conseguem desempenhar seu verdadeiro papel que é proporcionar a criança uma educação de qualidade, uma verdadeira formação. É preciso também que ambas questionem do poder público a melhoria na qualidade de ensino e que a família comprometa-se mais, com a educação escolar de seu filho. Vale ressaltar ainda que o professor precisa ser mais valorizado e apoiado pela gestão escolar, o que não ocorre na maioria das vezes tanto nas instituições públicas, quanto nas particulares.

Além de uma educação básica de qualidade na cidade de Salvador, urge na formação da criança maior ênfase dos educadores nos momentos em sala de aula, noções de ética, moral e estética eminente, ou seja, trabalhar a favor da consciência dos educandos, a fim de garantir um trabalho de êxito na educação básica, sobretudo, no ciclo da alfabetização dessas crianças, para não deixar com que a educação se torne somente instrutiva.

Há ainda uma agravante acerca da quantidade de analfabetos na cidade que ainda é significativo e a maioria das escolas ainda não apresentam recursos necessários e nem professores qualificados para que este problema não se amplie a cada dia.

Tanto as escolas particulares quanto as públicas na maioria das vezes não dispõem de professores especializados por falta de melhores investimentos. Onde algumas disciplinas como música e artes que devem ser obrigatórias acabam sendo aplicadas como oficinas tomando por base o calendário cultural e de festejos da cidade. Assim o currículo escolar acaba se constituindo de impropriedades, irrelevâncias tornando a educação tediante principalmente para os educandos.

Urge que a família soteropolitana sensibilize-se para que haja uma educação de qualidade, com um rico instrumento de conteúdo, programático para uma ação virtuosa, significativa e, sobretudo que não se fragmente.

Sabe-se que em março de 2007 foi realizada, a 1ª conferência Municipal Todos pela Educação na Cidade Educadora, com objetivo de elaborar o iminente Plano Municipal de Educação, ou seja, definir melhores e necessárias políticas a serem adotadas para a educação nos próximos dez anos na cidade de Salvador no intuito de melhorar o cenário atual. Assim diversos grupos, representantes do poder público, executivo, legislativo, judiciário e de instituições educacionais, discutiram esta realidade da educação na cidade e versaram também sobre a carência de elementos mais substantivos acerca das políticas públicas fomentadas e os seus embates na transformação esperada através da educação. A elaboração deste Plano se deu a partir de uma metodologia democrática, onde representantes da

sociedade civil organizada pode também dar sua contribuição. De acordo com o Plano Municipal de Educação (2010-2020 p.15):

O Plano Municipal de Educação de Salvador foi apresentado e aprovado por um conjunto maior da sociedade, em uma nova grande Conferência Municipal de Educação, realizada em 23 de setembro de 2008, com a participação de mais de 500 pessoas representando o poder público executivo, legislativo e judiciário e as mais diversas organizações da sociedade civil e do Estado, envolvidas diretamente com a educação, através do debate e de alguns destaques votados e aprovados pela plenária. Enfim, o Plano Municipal de Educação é um elemento fundante na arrancada para o enfrentamento dos difíceis temas que se vive no setor educacional. Como um Plano Decenal, portanto com caráter de curto, médio e longo prazo, deve extrapolar os planos de governo e partidários, buscando atuar em todos os níveis, modalidades e esferas de educação que atuam no município.

Nota-se que o Plano Municipal de Educação (PME) de Salvador objetiva amenizar diversas dificuldades e problemas encontrados no sistema educacional da cidade, almejando atuar não somente na educação básica, mais nos outros níveis e segmentos que funcionam na cidade. Fica a reflexão: Será que estas metas estão sendo verdadeiramente alcançadas? Ou dá para refletir que a teoria e a prática acerca da aplicabilidade deste plano andam em caminhos díspares? Já que o nível de qualidade da educação escolar das crianças e jovens da cidade ainda na maioria dos casos deixa a desejar.

Ainda refletindo sobre o Plano Municipal de Educação, analisando brevemente alguns dos seus objetivos como: erradicação do analfabetismo, melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis de atuação, criação de um núcleo de Tecnologia da informação para sistematização e tratamento de dados relativos aos aspectos educacionais do município, articulação entre os Planos Plurianuais e as metas definidas neste Plano garantindo o foco da educação no município nos próximos 10 (dez) anos, evitando mudanças bruscas geradas por descontinuidade administrativa, ampliação do atendimento à Educação Infantil na Rede Municipal de ensino e priorizando-se para este atendimento os aspectos pedagógicos e aqueles relacionados à infraestrutura e construção de novos equipamentos, cumprindo-se dispositivo da LDB dentre outros, nota-se que essas prioridades necessitam de

desmembramentos e melhor apropriação acerca das diferentes demandas que abarcam o Sistema Municipal de Ensino.

Em relação aos aspectos educacionais, a cidade de Salvador além dos graves problemas relacionados às desigualdades sociais, a escola ainda lida com diversos reflexos provenientes destes problemas. Comprometendo muitas das vezes a aprendizagem dos educandos. Assim "Salvador como muitas cidades brasileiras apresenta grave quadro de desigualdade social e lida com a complexidade advinda desta desigualdade que tem ressonância nos processos desenvolvidos na escola" (PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 2010-2020, p. 25). Com esta realidade tanto a escola quanto os educadores não conseguem na maioria das vezes oferecer uma educação de qualidade para seus educandos de forma que esta seja mais um instrumento da cidadania ativa.

Há ainda alguns extensos desafios que a educação escolar no Brasil, sobretudo no município de Salvador deverá enfrentar: a evasão escolar, a inserção na escola de todas as crianças e jovens em idade escolar que não a frequentam, garantia da sua permanência na mesma contribuindo para sua inclusão social, melhor qualidade de ensino para que haja o sucesso escolar de todos educandos. De acordo com o PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (2010-2020, p. 25) "A cidade de Salvador tem 1220 escola de educação básica, com estudantes cerca de 620.000 matriculados, o que representa taxas de escolarização de 4,7% na Creche e 53,9% em Educação Infantil, 89,2% no Ensino Fundamental e 32,8% no Ensino Médio". Em relação a educação pública de Salvador baseado no PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (2010-2020, p. 29):

A educação municipal contava, em dezembro de 2004, com 359 unidades escolares, atendendo a todos os bairros da cidade, assim como o subúrbio de Salvador e as ilhas circunvizinhas, integrantes do município. Essas escolas abrigavam, segundo a matrícula final de 2004, 13.306 alunos em Educação Infantil, 133.208 no Ensino Fundamental, 3.190 no Ensino Supletivo e 1000 na Educação especial, perfazendo um total de 150.604 alunos matriculados.

Outro ponto que merece melhor análise e estudo, para formatação de novas propostas está relacionado à reprovação dos alunos que na maioria das vezes

acontecem no 3º e 6º anos e quando são aprovados, passam de ano com péssima qualidade na leitura e na escrita. Assim fica evidente que a cidade de Salvador em relação à educação escolar pública necessita de maior atenção de seus governantes, maiores exigências dos educandos na melhoria da qualidade de ensino e melhor acompanhamento dos pais na vida escolar dos seus filhos.

Entre as diversas problemáticas já citadas nos parágrafos anteriores referente à educação escolar municipal, há ainda vários problemas de diversas ordens em que na sua maioria comprometem uma boa qualidade no desenvolvimento do trabalho pedagógico como: péssimas estruturas físicas de algumas escolas, problemas hidráulicos, de conservação, elétricos, atrasos nas reformas de algumas escolas, déficit significativo no quadro de educadores, de coordenadores pedagógicos, de pessoal de apoio dentre outros, falta de valorização tanto salarial quando de melhores recursos para os professores melhor desempenharem seus papéis.

Porém, apesar de todas essas problemáticas apresentadas acerca do ensino público no município de Salvador de acordo com o Plano Municipal de Educação (2010-2020 p. 32):

O IDEB 2007 da capital baiana comprovou tendência de reversão do fracasso do ensino público e sinalizou uma curva de crescimento do sistema educacional Soteropolitano, que merece ser compreendida e celebrada pelas comunidades escolares, direções, profissionais da educação, familiares e demais protagonistas do Sistema Municipal de Ensino.

Sabe-se que “[...] a educação escolar foi fundada a partir da iniciativa privada em 1553, no momento em que os Franciscanos implantaram na Bahia a primeira instituição de ensino” <[http://www.facefaculdade.com.br/arquivos/revistas/a historia da educaoprivadabrasileiraeoprincipiodemocraticodalivreiniciativa.pdf](http://www.facefaculdade.com.br/arquivos/revistas/a%20histria%20da%20educaoprivadabrasileiraeoprincipiodemocraticodalivreiniciativa.pdf)>. Esta implementação contribui de forma significativa para formação e o desenvolvimento da sociedade brasileira.

Diferentemente da realidade da educação municipal, as instituições de ensino privado na cidade de Salvador, oferecem na maioria das vezes excelentes estruturas

e melhor preparação na formação educacional dos alunos. Os pais por pagarem mensalidades dos estudos dos filhos, geralmente exigem da escola e dos professores qualidade no ensino dos mesmos, sobretudo no período da alfabetização em que ao perceberem que seus filhos não estão obtendo bom desempenho na aquisição da leitura e da escrita, sinalizam para o professor possíveis dificuldades e até mesmo o culpam por este insucesso, sendo até mesmo na maioria das vezes apontado como incompetente. Por um lado esta sinalização facilita o trabalho do professor que por sua vez, analisa juntamente com a coordenação pedagógica da escola, diversos métodos para que a criança obtenha o sucesso escolar. Assim embora a educação privada aconteça de forma competitiva e “comercializada” pode-se perceber que esta ainda na maioria das vezes valoriza e enfatiza a experiência cultural e o contexto socioeconômico de cada educando.

A escola privada comumente estimula mais a acessibilidade aos livros e programas culturais como: promoção de passeios a cinema, museus, teatros, ou seja, incentiva aos alunos passeios culturais. Mas é evidente que esta escola habitualmente recebe excelentes alunos, que desfrutam de maiores oportunidades. Com todo esse aparato o aluno chega à escola com uma boa quantidade de conhecimento superior ao dos educandos da escola pública e, por conseguinte, geram um significativo conhecimento cultural. Mas deve-se ter certo cuidado no que diz respeito à comparação da qualidade de ambas, ou em acreditar que a escola privada é mais eficiente que a pública, já que existe o fator socioeconômico e, sobretudo familiar que influenciam diretamente na aprendizagem escolar da criança. Não é somente a escola que definirá este sucesso, ou fracasso escolar, sobretudo no ciclo da alfabetização, pois há pais de ambas as escolas que não incentivam e nem se quer acompanham a vida escolar dos seus filhos delegando somente a escola esta função. É de fundamental importância e ou indispensável o incentivo dos pais e diversos familiares na leitura e na escrita das crianças, pois, segundo Teberosky e Colomer (2003, p.19):

Nas famílias onde ocorre o que denominamos **práticas de leitura**, os adultos contribuem para o desenvolvimento o conhecimento sobre a escrita e sobre a linguagem escrita. A contribuição pode ser mais direta, através da leitura de histórias, ou mais incidental, através da interação com o abundante material impresso urbano ou doméstico, tão comum em nossa sociedade atual.

O processo de alfabetização da criança inicia-se em casa e quanto mais a família investe em um rico ambiente alfabetizador com diversificados e variados materiais as crianças ao chegarem à escola, geralmente se sentem mais seguras e confiantes durante aprendizagem da leitura e da escrita agora com o professor. E essa disposição e interesse de investir na aquisição da leitura e na escrita do filho é mais perceptível nos pais das classes mais privilegiadas. Onde desde pequeno os filhos já ouvem várias histórias infantis e vão automaticamente aumentando tanto seu repertório lingüístico, quanto sua linguagem escrita. Pois quando os adultos incluem as crianças ativamente em torno de atividades de escrita, colaboram para o aumento de seu vocabulário e para a compreensão das funções do texto escrito (TEBEROSKY E COLOMER 2003, p. 34). Assim estes dois tipos de conhecimento acontecem antes e durante a escolarização. O que dificilmente acontece na maioria das classes populares. Dessa perspectiva, parece evidente que os contextos culturais influirão, sobre o tipo de práticas de socialização das famílias (TEBEROSKY E COLOMER 2003, p. 17).

Existem ainda, pais que acreditam que devem comprar livros para os filhos somente quando estes realmente aprenderem a ler e a escrever, pois esses pais acreditam que aprendizagem da leitura é descontínua: há momento antes de se ter aprendido e outro quando já se aprendeu (TEBEROSKY E COLOMER 2003, p. 35).

Dessa forma, é preciso que os pais, através dos alfabetizadores, professores e até mesmo de orientação pedagógica, sejam informados de que, o importante estímulo à aprendizagem da leitura e da escrita, deve ser oferecido a criança desde cedo, a fim de garantir uma educação escolar de qualidade.

## 2.2 CONTEXTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DAS FAMILIAS E DAS CRIANÇAS QUE APRESENTAM DIFICULDADES NA AQUISIÇÃO DA LEITURA E DA ESCRITA.

Como já foi citado em um dos parágrafos anteriores, a cidade de Salvador apresenta grandes problemas relacionados às desigualdades econômicas e sociais assim como tantas outras e a escola que convive com os reflexos desta problemática tenta a cada dia driblar-se dessas adversidades.

A cada dia cresce o número de casas nas periferias, nas favelas e invasões da cidade de Salvador e estas geralmente não apresentam boas estruturas físicas para seus residentes. De acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) a Cidade de Salvador apresenta PIB per Capita de R\$13, 728,08.

A economia de Salvador esta montada nos setores nos setores terciários (indústria de transformação) e secundários (comércio e serviço) e a indústria, sobretudo, naqueles municípios da RMS (Regiões Metropolitanas de Salvador) que contém as empresas associadas ao Polo Petroquímico.

O mercado de trabalho tem uma dinâmica diversificada, onde refletem nas condições de vida dos trabalhadores e estes na sua maioria não são valorizados e bem remunerados, comprometendo suas necessidades básicas mensalmente. Sem falar na considerável taxa de desempregados que por faltas de oportunidades, de qualificação profissional e ou até mesmo de uma boa escolarização, não conseguem se alto sustentarem. Assim cresce a cada dia na cidade o número de trabalhos informais (sem carteira assinada) denotando aspecto da precária estruturação do mercado de trabalho metropolitano. É visível ainda a incidência maior de desocupação profissional nas mulheres, nos jovens entre 15 e 24 anos de idade e, sobretudo nos que se declaram negros e pardos. E quando empregados há uma diferenciação no salário entre os que fazem esta declaração. Onde os que se declaram de cor branca geralmente recebem mais que os que se declaram negros ou parda sendo a maior diferença encontrada nos grupos étnicos.

É muito grande o número de trabalhadores nos serviços de comércio informal, doméstico e na construção civil com péssimas qualidades de vida, onde malmente

conseguem sustentar-se ou suas famílias. Essas pessoas geralmente apresentam baixo grau de instrução o que não quer dizer também que seus baixos rendimentos econômicos estão inteiramente relacionados com seu grau de instrução, o que não perpassam somente de fatores educacionais. Pois há pessoas em que são bem remuneradas e não possuem alto nível de instrução. Há ainda pessoas com nível superior em áreas de trabalho com requerimentos educacionais inferiores, pois para estas a condição de rebaixamento, ainda é melhor que ficarem desocupados.

Mesmo com todos esses problemas apresentados acerca da Cidade de Salvador seria injusto não reconhecer, significativas melhoras que vem ocorrendo em relação à qualidade de vida dos seus habitantes.

A cidade de Salvador como tantas outras apresenta variados tipos de famílias. Há famílias que são constituídas somente, pela mãe e seus filhos, pelos pais e filhos, avó e netos dentre outras. E essas famílias de baixo poder aquisitivo utilizam o ensino público para escolarizarem seus filhos, já que não possuem condições financeiras de pagarem escolas particulares para os mesmos. São famílias que na maioria das vezes não conseguem manter suas necessidades básicas e nem oferecer melhores condições tanto sociais e culturais para seus filhos. Tanta carência muita das vezes acaba refletindo e interferindo na aprendizagem da criança, sobretudo na aquisição da leitura e da escrita. Estas famílias tão carentes e castigadas pela falta de melhor qualidade de vida, tendo de trabalhar durante elevadas horas no dia, não conseguem educar e ter maior tempo de convivência com seus filhos para melhor intervir nas suas ações, e não consegue oferecer, muito menos incentivar seus filhos a leitura. Estes por sua vez chegam à escola com escasso conhecimento, empobrecidos de cultura, falta de concentração, inquietudes e péssimos comportamentos domésticos. Realidade totalmente diferente dos alunos do ensino privado em que em sua grande maioria a família possui alto poder aquisitivo. Daí a dificuldade de alfabetizar as crianças das periferias, já que apresentam diversas problemáticas, sobretudo de fatores econômicas e sociais, recaindo para a escola e o professor a total função de educar. Papel que deveria ser exercido primeiramente pela família.

Por possuírem baixo repertório lingüístico as crianças menos privilegiadas do ponto de vista econômico, sofrem ao chegarem à escola ainda certo preconceito, pois segundo SOARES (2011, p. 22):

“É evidente que esse contexto escolar, com seus preconceitos lingüísticos e culturais, afeta o processo de alfabetização das crianças, levando ao fracasso as crianças das classes populares. Solução para este fracasso tem sido geralmente buscada em programas de “educação compensatória” que, partindo de pressupostos falsos (“carência cultural” “deficiência lingüística”) não só tem levado a resultados satisfatórios, mas ainda tem reforçado a discriminação das crianças das classes populares...”.

Pode perceber que o processo de alfabetização escolar sofre grande preconceito em relação à situação econômica e social dos educandos que a ela freqüenta, pois ainda de acordo com Soares (2011, p. 22):

Basta afirmar que o processo de alfabetização, na escola, sofre, talvez mais que qualquer outra aprendizagem escolar, a marca da discriminação em favor das classes sociais economicamente privilegiadas. A escola valoriza a língua escrita e censura a língua oral espontânea que se afaste muito dela; ora, como foi dito anteriormente, a criança das classes privilegiadas, por suas condições de existência, adapta-se mais facilmente às expectativas da escola, tanto com relação às funções e usos da língua escrita, quanto e relação ao padrão culto de língua oral.

É indiscutível que os alunos das classes populares apresentam mais dificuldades na aprendizagem na leitura e escrita por diversos fatores. O fracasso escolar nesta camada é cada vez mais frequente e lamentável. O processo de alfabetização é tratado com diferentes perspectivas, assim como afirma SOARES (2011, p. 14):

[...] a partir de diferentes áreas de conhecimento (Psicologia, Lingüística, Pedagogia), cada uma tratando a questão independentemente e ignorando as demais; em segundo lugar, são dados que, excludentemente, buscam a explicação do problema ora no *aluno* (questões de saúde, ou psicológicas, ou de linguagem), ora no *contexto cultural* do aluno (ambiente familiar e vivências socioculturais), ora no *professor* (formação inadequada, incompetência profissional), ora no método (eficiência/ineficiência deste ou daquele método), ora no *material didático* (inadequação as experiências e interesses das crianças, sobretudo das camadas populares), ora finalmente, no próprio meio, o *código escrito* (a

questão das relações entre o sistema fonológico e o sistema ortográfico da língua da língua portuguesa).

Os reflexos do contexto social das crianças das classes mais privilegiadas são indiscutivelmente diferentes das crianças das classes populares que além de ter que superar tantas dificuldades econômicas e sociais, essas crianças ainda terão que superar os preconceitos que são exercidos de variadas formas, até mesmo pelo seu próprio professor ao chegarem à escola. Vale ressaltar ainda que mesmo com tanta formação que o governo vem investindo na formação do professor, ainda há uma grande defasagem é preciso ainda um melhor olhar em relação a esta formação, pois de acordo com SOARES (2011, p. 24):

[...] a formação do alfabetizador – que ainda não se tem feito sistematicamente no Brasil – tem uma grande especificidade, e exige uma preparação do professor que o leve a compreender todas as facetas psicológicas, psicolinguística, sociolinguística e linguística) e todos os condicionantes (sociais, culturais, políticos) do processo de alfabetização, que o leve, a saber, operacionalizar essas diversas facetas (sem desprezar seus condicionantes) em métodos e procedimentos de preparação pra a alfabetização e em métodos e procedimentos de alfabetização, em elaboração e uso de materiais didáticos e, sobretudo, que o leve a assumir uma postura política diante das implicações ideológicas do significado e do papel atribuído à alfabetização.

A escola atribui à alfabetização um sentido instrumental e este se torna vantajoso somente para as classes mais privilegiadas e as classes populares continuam sendo excluídas da formação e do compartilhamento deste saber, mostrando-se preconceituosa e ao mesmo tempo que inclui, assume uma postura excludente diante seus educandos, pois segundo SOARES (2011, p. 23):

Esse significado instrumental atribuído à alfabetização pela escola serve, naturalmente, apenas às classes privilegiadas, para as quais aprender a ler e a escrever é, realmente, não mais que adquirir um instrumento de obtenção de conhecimentos, já que, por suas condições de classe, já dominam a forma de pensamento subjacente à língua escrita, já tem o monopólio da construção do saber considerado legítimo e já detém o poder político. Para as classes dominantes, o significado meramente instrumental atribuído à alfabetização, esvaziando-a de seu sentido político, reforça a cultura dominante e as relações de poder existentes, e afasta essas classes da participação na construção e na partilha do saber.

Assim evidencia-se que no processo de alfabetização de crianças, sobretudo das classes menos favorecidas que não dá para descartar os fatores sociais, econômicos, culturais e políticos, já que estes estão inteiramente ligados com o processo de aprendizagem do aluno que são sem dúvidas, os que mais apresentam dificuldades na aquisição da leitura e da escrita devido a estes fatores. E o professor em hipótese alguma deve descartar estes fatores, estando bem preparado para compreender melhor possíveis dificuldades auxiliando-os na aprendizagem.

### 3 AS RELAÇÕES FAMÍLIA-ESCOLA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS

Sabe-se que nos últimos anos a família tem sido mencionada como parte fundamental no desempenho escolar das crianças. Qualquer que seja o trabalho educativo que tem como centro a formação de um indivíduo autônomo é de fundamental importância que haja harmonia entre a família e a escola.

Várias são as definições acerca da família, como afirma (Bourdieu, 1996, p. 24): “A família é um conjunto de indivíduos aparentados, ligados, por adoção (parentesco), vivendo sob um mesmo teto (coabitação)”, e ainda de acordo com ele (1996, p. 135):

Assim a família é certamente uma ficção, um artefato social, uma ilusão no sentido mais comum do termo, mas uma “ilusão bem fundamentada” já que, produzida e reproduzida com a garantia do Estado, ela sempre recebe do estado os meios de existir e de subsistir.

Tanto os pais quanto os professores devem levar em consideração que a criança aprende a todo o momento nos mais variados e diversificados interesses que a vida lhe apresenta, a função da família é essencial, pois é ela que determina primeiramente o que os seus filhos necessitam aprender e quais as instituições que devem estudar e freqüentar durante um determinado período. Cada vez mais é perceptível o desinteresse das famílias em relação à educação escolar dos seus filhos. Assim segundo GRZYBOWSKI (2011, p. 112):

A complexidade inerente à tarefa de educar os filhos não é novidade. Tal percepção tem levado a inúmeras discussões sobre o papel do pai e da mãe na educação dos filhos, assim como tornou-se parte do cotidiano o crescente volume de publicações que investem em ajudar os progenitores a educar sua prole. Muitas são as variáveis e os fatores implicados no processo educativo, alguns deles facilitam e outros dificultam a tarefa de educar uma criança.

Pretendeu-se mostrar, neste trabalho, que não é possível a escola educar sem a participação ativa dos pais e analisar quais são os fatores que influenciam e ou comprometem esta participação na vida escolar da criança principalmente no ciclo

da alfabetização. Pude observar, durante o período de estágios realizados em sala de aula de diversas instituições de ensino, que as famílias de classe média, em especial as mães são mais participativas, acompanham a vida e o rendimento escolar do seu filho, verificam as atividades de casa e frequentam as reuniões escolares, conseqüentemente estas crianças apresentam melhor desempenho na leitura e na escrita.

Já na instituição pública os professores reclamam do baixo rendimento escolar das crianças das famílias de baixa renda, pois a maioria dos pais não participa da vida escolar dos seus filhos por diversos fatores, nem muito menos busca o contato com professores e diretores para saberem possíveis carências de aprendizagens dos seus filhos.

Urge que esta realidade se reconfigure, já que os principais prejudicados serão, sem dúvida as crianças principalmente quando estão na fase de aprender a ler e a escrever. E se a família participa ativamente desta fase conjuntamente com a escola não haverá dúvidas de que esta criança estará muito melhor preparada na escola e, sobretudo na vida.

Se na família faltam condições necessárias para o desenvolvimento da criança no período da sua aprendizagem inicial, em especial na aquisição da leitura e da escrita, ao chegar à escola é bem provável que esta apresente algumas dificuldades no momento da sua aprendizagem escolar. É de fundamental importância que o professor esteja ciente das vivências familiares das crianças para que possam compreender tais dificuldades apresentadas pelas mesmas. Assim urge que haja uma relação recíproca entre a família e a escola, pois nenhuma das duas instituições por si só não poderão suprir as necessidades e carências escolares das crianças que não conseguem êxito na aquisição da leitura e da escrita.

Ribeiro (2009, p.11) diz que:

Estamos em crer que para uma aprendizagem ser eficaz e promotora do bem estar pessoal e intelectual de uma criança é necessário uma boa relação entre o ambiente escolar e familiar e encarar a comunicação como uma ferramenta estratégica para um.

Há quem acredite ainda que a emancipação da mulher no lar contribuisse de forma significativa para o declínio da vida escolar da criança, pois sempre coube a mulher/mãe a tarefa de cuidar do lar e da educação dos filhos, assim “baseada durante séculos na soberania divina do pai, a família ocidental foi desafiada, no século XVIII, pela irrupção do feminino” (Roudinesco, 2003, p.11). Uma boa parte das mulheres na atualidade tem dupla jornada, onde além de cumprirem os afazeres domésticos trabalham fora do lar para auxiliar ou até mesmo manter o sustento da família. E na maioria das vezes conseqüentemente não conseguem fazer melhor acompanhamento da vida escolar dos seus filhos.

Segundo conceitos de educadores como Ferreiro (1981) e Freire (1996) a aprendizagem é um processo de evolução, onde escrever e ler são duas atividades da alfabetização e a leitura de mundo antecede a da escrita.

A criança deve receber da família, estímulos e incentivos para aprendizagem como o todo, para que ela tenha um bom desempenho no seu meio social e principalmente na escola. Os pais podem auxiliar na aprendizagem escolar de várias formas: acompanhar diariamente as atividades escolares dos filhos, para detectar possíveis dificuldades e sinalizá-las para o professor, levá-las ao teatro, ao cinema, bibliotecas, livrarias infantis dentre outros espaços de aprendizagens, contribuindo para a visão e enriquecimento do repertório linguístico. Podem ainda participar da gestão e das reuniões de pais.

A criança nos seus primeiros anos de vida inicia sua participação no processo de aprendizagem, com suas primeiras palavras, ações e gestos. Ela interage e se comunica com o meio. Baseada na família é que surge a base do comportamento infantil de livre expressão, onde ela tendência imitar aqueles que a cercam. O processo de interação se expandirá a partir do instante que a criança iniciar sua freqüência na instituição escolar, local onde modificará gradativamente, seu comportamento e aumentará seu conhecimento.

A garantia do sucesso ou fracasso dos alunos na escola é um tema relevante, no que se refere à relação família e escola. É sabido que o apoio familiar contribui

de forma significativa para o bom desempenho do aluno independente da classe social. A família é estruturadora da personalidade da criança e esta é muito sensível ao clima afetivo que a cerca, especialmente aquele que diz respeito às relações entre seus pais Rizzo (2002). Assim é preciso que se tenha um objetivo definido no contexto em que a família, o aluno e a escola sejam aliados.

Segundo o art.1º da LDB, a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizacionais da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Para algumas crianças a aprendizagem da leitura e da escrita pode não ocorrer de forma satisfatória gerando alterações de aprendizagem. Em relação a essas alterações existe controvérsia em relação à nomenclatura. As diferentes nomenclaturas utilizadas dependerão da visão do estudioso que observa as alterações de leitura e escrita que, com suas abordagens teóricas diversificadas, influenciam o modo como o problema é definido.

Apesar das diferentes teorias sobre aquisição da leitura e da escrita, sabemos que nem todas as crianças que apresentam dificuldades para aprender a ler e a escrever podem ser consideradas portadoras de distúrbios de leitura e escrita, pois algumas crianças podem apresentar apenas problemas momentâneos como emocionais, psicológicos, fisiológicos, econômicos e sociais, sendo influenciada pelos mesmos vetando sua capacidade de aprendizagem.

A aprendizagem é o procedimento pelo qual são obtidos e convertidos competências, habilidades, conhecimentos, valores e costumes a partir de estudo, experiência ou formação realizados. Onde este procedimento pode ser analisado a partir de diferentes concepções, de forma que há diferentes teorias de aprendizagem. Ela é considerada como uma das funções mentais indispensáveis tanto nos humanos quanto nos animais, sendo que a aprendizagem humana relaciona-se com a educação e desenvolvimento pessoal.

Rizzo (2002, p.63) relata que:

Muitos anos antes de iniciar o processo de alfabetização propriamente dito, os pré-requisitos para que ela ocorra com sucesso ou relativa facilidade estará se incorporando as vivências naturais da vida familiar da criança: conversar; ouvir histórias, muitas histórias com enlevo e fascínio, contadas pela mãe, pai, avó ou pessoa querida; assistir ao pai, à mãe ou parente íntimo lerem a sua frente, traduzindo a leitura de um manual, regras de um jogo, ou maneira de fazer um bolo, em informações práticas e de uso concreto, que possam ser realizadas a sua vista; assistir, também, pessoas ligadas a ela escreverem e fazerem anotações de uso prático com maior encantamento ainda é possível que tenha tido oportunidade de assistirem aos pais marcarem seus materiais de uso particular com seu próprio nome, escrito com caneta colorida. Talvez tenha até aprendido, antes de entrar para a escola, a reconhecer, além do seu nome, o nome de seu pai, de sua irmã e de seu avô ou sua avó. Tudo isso a ajudará a apropriar-se da linguagem escrita espontânea e naturalmente.

Vale ressaltar que nem sempre as dificuldades de aprendizagem da aquisição da leitura e da escrita apresentadas em determinadas crianças, sobretudo nas classes mais populares, não estão relacionadas somente as questões econômicas e sociais, pois há crianças que apresentam déficit de atenção, problemas psicológicos ou até mesmo disfunções neurológicas que podem comprometer seu cognitivo impedindo a sua aprendizagem e os pais e professores devem está atentos aos diversos sinais que possam confirmar tal déficit ou patologia.

A leitura numa perspectiva individual de acordo com Soares (2011, p.31):

É um conjunto de habilidades e conhecimentos lingüísticos e psicológicos, estendendo-se desde a habilidade de decodificar palavras escritas até a capacidade de compreender textos escritos. Não são categorias polares, mas complementares: ler é um processo de relacionamento entre símbolos escritos e unidades sonoras, e é também um processo de construção da interpretação de textos escritos.

Ainda segundo Soares (2011, p. 31):

Ler estende-se desde a habilidade de simplesmente traduzir em sons sílabas isoladas, até habilidades de pensamento cognitivo e metacognitivo; inclui entre outras habilidades, a habilidade de decodificar símbolos escritos; a habilidade de captar o sentido de um

escrito; a capacidade de interpretar seqüências de idéias ou acontecimentos, analogias, comparações, linguagem figurada, relações complexas, anáfora; e ainda habilidades de fazer predições iniciais sobre o significado do texto, de construir o significado combinando conhecimentos prévios com as informações do texto, de controlar a compreensão e modificar as predições iniciais, quando necessário, de refletir sobre a importância do que foi lido, tirando conclusões e fazendo avaliações.

Já a escrita é o processo representativo que proporcionou ao ser humano expressar suas mensagens, pensamentos, para além do seu espaço e tempo. Onde os sinais gráficos são sistematizados, a linguagem falada é registrada e esta não tem necessariamente linearidade na sua estrutura. Uma forma, um meio durável, e excepcional de comunicação entre as pessoas e na sua dimensão individual, é um conjunto de habilidades e conhecimentos lingüísticos e psicológicos, não só numerosos e variados, “mas também radicalmente diferentes das habilidades e conhecimentos que constituem a leitura” (Soares, 2011, p. 31). Assim escrever é um recurso de relacionamento entre elementos sonoros e símbolos escritos, e é igualmente um processo de exposição da forma de pensamento e idéias das pessoas na forma escrita.

E quando as crianças desde cedo incentivadas pelos seus familiares ou responsáveis, dentro do seu contexto visualizam as palavras através de livros de histórias infantis, jogos ilustrativos, placas informativas, dentre outros, apresentam melhor desenvoltura na escola na fase da aprendizagem da aquisição da leitura e da escrita.



Imagem: <http://www.desenvolvimentodebebes.com/crianças-leitoras>.  
Figura 1: Incentivo dos pais na leitura das crianças.

A prática da leitura e da escrita numa dimensão sociológica em cada sociedade acontece de forma diferenciada dentro dos seus contextos sociais e exercendo funções diversas em cada sociedade e grupos específicos de pessoas.

Refletindo um pouco sobre o termo analfabeto onde representa substantivo que nega, que dá a idéia de negação, encontra-se nas diversas literaturas o seu conceito definindo que é aquela pessoa a que “não sabe ler nem escrever”, ou seja, “é um termo de utilização corrente e de universal compreensão entre nós...” (Soares 2011, p.29) e utilizados muitas vezes de forma ofensiva e pejorativa em algumas pessoas, sobretudo em jovens e adultos não alfabetizados. Sendo muito pouco utilizado em tempos antigos pelas pessoas o termo alfabetismo, designando o “estado” ou a “condição” que assume aquele que aprende a ler e a escrever (Soares 2011, p. 29). É sabido que este termo tem sido utilizado mais recentemente devido às diversas demandas que a sociedade vem exigindo, como afirma Soares (2011, p. 29):

Na verdade, só recentemente esse termo tem sido necessário, porque só recentemente começamos a enfrentar uma realidade social em que não basta simplesmente “saber ler e escrever”: dos indivíduos já se requer não apenas que dominem a tecnologia do ler e do escrever, mas também que saibam fazer uso dela, incorporando-a a seu viver, transformando-se assim seu “estado” ou “condição”, como consequência do domínio dessa tecnologia.

O alfabetismo compreendido como um estado ou uma condição reporta-se não somente a um comportamento singular, e sim a uma totalidade de comportamentos que se descrevem por sua diversidade e complexidade. Assim este pode ser analisado em duas grandes dimensões: a dimensão social e a individual, como explica Soares (2011, p. 30):

[...] quando se focaliza a dimensão individual, o alfabetismo é visto como um atributo pessoal, referindo-se à posse individual de habilidades de leitura e escrita. Quando , ao contrário, se focaliza a dimensão social, o alfabetismo é visto como um fenômeno *cultural*, referindo-se a um conjunto de atividades sociais, que envolvem a língua escrita, e a um conjunto de demandas sociais de uso da língua escrita.

Assim, a tarefa de alfabetizar requer do alfabetizador, de “toda” a comunidade escolar, sobretudo dos familiares ou responsáveis da criança demasiada atenção,

sensibilidade, dedicação e disposição, pois é nessa fase de aprendizagem da aquisição da leitura e da escrita que a criança vai também formando e expressando suas idéias e impressões em relação ao mundo e esta se valerá dessas habilidades para interagir e se desenvolver na vida escolar e na sociedade como um todo.

Quando a família e a comunidade escolar relacionam-se com parceria a fim de proporcionar uma aprendizagem de qualidade para a criança acerca da aquisição da leitura e da escrita, o processo de alfabetização se torna menos complexos tanto para a criança que é o principal elemento a ser beneficiado, quanto para os alfabetizadores e os pais que ao perceberem o progresso da aprendizagem escolar dos seus filhos sentem-se satisfeitos e realizados.



Figura 2: Relação família-escola na alfabetização de crianças.  
Produzida pela autora.

A maioria dos pais em que os filhos apresentam dificuldades de aprendizagem na escola vai a mesma somente cobrar do professor e da escola tal aprendizagem. Estes geralmente falam que o filho já possui certa idade e que não está avançando na leitura e na escrita, são pais que quase nunca se disponibilizam para auxiliarem seu filho na realização das atividades de casa, tirar possíveis dúvidas acerca das mesmas e ajudarem-no em pesquisas e trabalhos escolares, delegam esta função a outrem ou a própria escola.

### 3.1 OS DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS E O APOIO DA FAMÍLIA

Alfabetizar é uma tarefa complexa e desafiadora, um processo permanente onde o alfabetizador deve ter lealdade, responsabilidade e compromisso com seu trabalho, com os pais dos alunos e, sobretudo com os mesmos, para que este obtenha êxito na vida escolar e nas suas futuras relações sociais.

Até o presente momento foi possível perceber que, cada vez mais, a relação de parceria da família com a escola acerca de uma educação de qualidade para as crianças, sobretudo no processo de aquisição da leitura e da escrita, se torna cada vez mais distante. Pois os pais justificam a escola que por causa das diversas demandas sociais como trabalho e familiares não resta tempo para observar ou acompanhar melhor a vida escolar dos seus filhos e através das entrevistas realizadas com seis alfabetizadores: três de escolas públicas e os outros três de escolas privadas pode-se constatar mais ainda esta situação. Dos seis alfabetizadores entrevistados quatro relataram que pouquíssimos pais sinalizam ou até mesmo percebem possíveis dificuldades de aprendizagem da aquisição da leitura e da escrita dos seus filhos e dificilmente auxiliam seus filhos nas tarefas de casa como citam os alfabetizadores X, Y, e W: Alfabetizador **X**: *“poucos pais ajudam as crianças. Geralmente deixa essa responsabilidade com a babá”*, **Y**: *“alguns sim, são presentes no processo de alfabetização dos filhos, maioria, não dão tal importância”* e **W**: *“muitos não ajudam, são poucos alunos que trazem as tarefas de casa respondidas”*.

Ainda observou-se nas entrevistas que algumas escolas não incentivam, nem estimulam a participação dos pais em diversas atividades interativas com seus filhos e a escola. “Os pais e na sua minoria, só vão à escola somente em reuniões de pais e mestres como afirmam alguns dos entrevistados: **X**: *“a escola não tem esse programa”*, **Y**: *“nenhuma frequência, pois os mesmos quando vão a escola, procuram o professor para sinalizar possíveis sinais de agressão cometidos por outros alunos em seus filhos”* e **W**: *“sempre que acontece festividades na escola. Ex. dia das avós, dia dos pais e dia das crianças, etc.”* e **Z**: *“Quase nula”*.

E em relação às reuniões realizadas de pais e mestres percebe-se que pouquíssimos pais comparecem na maioria das vezes eles justificam sua ausência

informando que não pode faltar trabalho causa ou que não há nada de interessante nas reuniões escolares que passará na escola em outro horário para conversar com o professor e muita das vezes esta ida a escola acaba caindo no esquecimento, como mostra alguns dos alfabetizadores entrevistados: **X**”*a maioria dos pais não*”, **Y**”*não, podemos ver que os pais que faltam são dos alunos que mais tem dificuldade*, **W**”*não, alguns por motivo de trabalho, outros falam que reunião não apresenta nada de importante*”.

Assim, verificou-se na realização deste trabalho, juntamente com as entrevistas com alfabetizadores de escolas públicas e privadas, que a maioria dos pais das crianças das classes populares, por não possuírem uma educação escolar de qualidade, ou até mesmo por não serem alfabetizados, não consegue ofertar ao seu filho uma boa educação escolar. E muito menos incentivar os filhos desde cedo à leitura e a escrita. Essas crianças por sua vez, apresentam dificuldades em expressarem suas idéias, sentimentos e até mesmo em estruturar seus pensamentos. São crianças que não conseguem desenvolver capacidade crítica em relação a diversos assuntos e conteúdos. Evidencia-se uma carência de cultura, de conhecimentos e etc. diferentemente dos pais das crianças das classes média alta que desde cedo incentivam os filho ao contato dos livros infantis, variados tipos de jogos, atividades culturais, brincadeiras em que são utilizadas as palavras dentre outras.

Há ainda um fator indispensável que merece uma ressalva aqui neste trabalho que é a questão do preconceito lingüístico as crianças das classes populares, onde a língua é utilizada pela professora como função reguladora como afirma Soares (2011, p. 69):

[...] ocorre no texto da criança pertencente às camadas populares, aqui, é a função *reguladora* que a criança percebe como dominante: não deixar fazer barulho, regular o comportamento na fila, educar para que fique quietos, mandar fazer exercícios dentro da sala, mandar para diretoria etc.

Diferentemente das camadas populares onde a língua é utilizada como forma representativa com as crianças da classe alta, ela funciona de forma representativa de acordo com Soares (2011, p.69):

A criança de classe alta percebe, sobretudo (quase exclusivamente), a função *representativa*: a professora usa a língua para *ensinar*, para transmitir conteúdos, para falar sobre “coisas” – uma fala orientada para o referente, para a 3ª pessoa (ensinar muitas coisas, explicar, dar exemplos, escrever exercícios no quadro etc.). A função *reguladora* aparece ou marginalmente – chamar a atenção dos alunos - ou como meio para propiciar situações em que domina a representativa – mandá-los fazer fila para ir para...

Pode-se perceber que no contexto das crianças das classes populares, na maioria das escolas, há uma ausência do verbo ensinar e presença do verbo mandar e nos das classes alta acontece o inverso. Assim, segundo Soares (2011, p. 67), “as *funções* que predominam no uso que se faz da língua na escola são aquelas que também predominam no uso da língua por classes”.

Os pais e educadores precisam compreender que a alfabetização da criança é de suma importância e que nenhuma dessas instituições por si só dará conta de tal demanda. Pois as sociedades modernas são essencialmente grafocêntricas onde todos necessitam da escrita para se relacionarem na vida como o todo e da leitura, e se as crianças não estiverem verdadeiramente preparadas para atender as expectativas da sociedade, esta poderá ter comprometido seu êxito como cidadão nas diversas esferas sociais.

Os pais devem ainda estar atentos a qualidade da alfabetização, pois nem sempre a dificuldade de aprendizagem da aquisição da leitura e da escrita está na criança, podendo ser questões relacionadas ao método que o professor utiliza. Vale ressaltar que há uma relação de dependência da alfabetização e o contexto histórico, social, econômico dentre outros, refletindo em uma discriminação que acontece nas escolas, como explica Soares (2011, p.53):

Por outro lado, não considerar, nas discussões sobre a qualidade da alfabetização, sua relação de dependência com o contexto histórico, social, econômico, político, cultural, educativo tem tido como consequência a discriminação que acaba ocorrendo entre as escolas

que servem a classes sociais diferentes, ou a regiões diferentes, ou a grupos sociais diferentes.

Há duas causas que justificam tal discriminação: uma está relacionada a uma divisão que existe entre os alfabetizados e analfabetos onde é esboçada em variados pontos do *continuum* que é o alfabetismo, em virtude da camada social a que pertence a criança, ou do contexto em que vive, ou de diversas características como: sexo, cor, raça, dentre outras, o que favorece a uns e penaliza outros, decorrendo em uma subescolarização injusta, ou subalfabetização, de alguns grupos sociais e regionais. Na segunda percebe-se que de acordo com Soares (2011, p. 53):

[...] a linha divisória é traçada em um mesmo ponto para todos, o que, da mesma forma, beneficia uns e penalizam outros, resultando em exclusão, em evasão, repetência de certos grupos sociais e regionais, consequência de a escola desconhecer as relações entre o contexto em que vivem esses grupos e o acesso à escrita.

No que se refere ao processo de alfabetização de crianças, há ainda um fator a ser citado. A desestimulação dos professores que atualmente é evidente nas salas de aula, a falta de preparação ou a ausência de uma formação continuada, faz com que diversos alfabetizadores, que muitas vezes acabam levando para sala de aula, reclamações e cansaço, onde sua capacidade de criar, inovar e até mesmo simplesmente aplicar formas e métodos de ensinar a criança ler e a escrever já se tornou uma prática precária e rudimentar.

Fazendo uma breve relação da alfabetização e a cidadania, faz-se necessário ressaltar que estes dois termos não deverão ser entendidos como relação de causa-consequência, onde a construção da cidadania dependa da alfabetização, pois, esta deve ser compreendida como um elemento entre vários outros, do êxito da massa dos seus direitos sociais, políticos e civis.

Assim, como afirma Soares (2011, p. 57):

[...] só se estará contribuindo para a conquista da cidadania se, ao promover a alfabetização, propicia-se, sobretudo, condições de possibilidades de que os indivíduos se tornem conscientes de seu direito à leitura e à escrita, de seu direito a reivindicar o acesso à leitura e à escrita.

É de suma importância que tanto a escola, quanto os pais, responsáveis e alfabetizadores compreenda que “a alfabetização *não* é condição imprescindível ao exercício ou à conquista da cidadania” (Soares 2011, p.57), e o analfabetismo não deve ser entendido como uma forma de exclusão do exercício da mesma.

É necessário que os educadores, alfabetizados, professores, pais e responsáveis incentivem e disseminem mais caminhos acerca do acesso à leitura e à escrita para as crianças e que sejam mais comprometidos na formação de uma sociedade mais democrática, onde possam garantir o exercício da cidadania a todos.

Durante a construção deste trabalho, e as entrevistas realizadas com educadores de escolas públicas e privadas, verificou-se que não somente os professores, alfabetizadores vão para as salas de aula com certo desestímulo, mais a maioria das crianças apresentam-se indispostas e, sobretudo desinteressadas no que se refere à aprendizagem da leitura e da escrita. E isto se estende nas atividades que vão para casa solicitadas pelos professores, onde a maioria das crianças chega diariamente na escola sem realizarem as mesmas.

É preciso que as crianças sejam estimuladas desde cedo a despertarem o interesse pela leitura e que desejem ler os livros sozinhos sem apoio de um adulto. E tanto professores e, sobretudo os pais e responsáveis devem entender que a alfabetização de um aluno de acordo com Rizzo (2002, p. 219):

[...] não termina assim que ele descobre a leitura e consegue escrever algumas frases, se solicitado. A alfabetização é um processo longo que implica em autonomia intelectual, organização de idéias e criatividade e não são atividades, exclusivamente, de leitura e escrita que vão preencher esse espaço ou proporcionar este crescimento.

É inútil cobrar somente da escola o sucesso escolar da criança, os pais devem indiscutivelmente incentivar a leitura e conseqüentemente a escrita dos seus filhos desde cedo e mesmo quando não souberem, ou não tiverem idéia como realizar esta prática, pode solicitar apoio ao coordenador pedagógico, a escola ou ao próprio alfabetizador nesta tarefa. Vale ressaltar ainda que, em relação à escrita, a criança

cria hipóteses e as testa. Durante esse processo de construção passa por níveis distintos que variam do pré-silábico ao alfabético. Ao atingir esse último nível, a criança já consegue dominar o sistema notacional (Lima; Pessoa 2007).

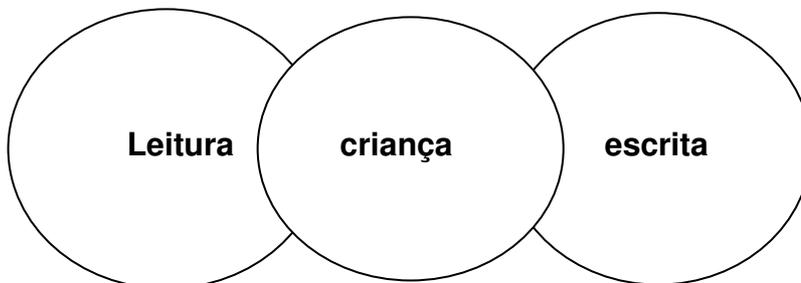


Figura 3: Aspectos fundamentais no processo de aprendizagem de crianças.  
Produzida pela autora.

E além do mais, a educação não tem o poder de modificar isoladamente a realidade social, ela é apenas um elemento para que se chegue a este resultado. A principal função da escola é de arquitetar-se como instância beneficiadora e socializadora do saber construído ao longo do tempo, almejando uma mudança social, acerca de ações estruturadas com metas bem definidas que cooperem para essa modificação. E a família tem importante papel no trabalho diário da educação escolar dos seus filhos.

Notou-se com a realização deste trabalho que as expectativas dos pais e responsáveis estão relacionadas à classe social da família, seu olhar, conceito em relação à escola e sua expectativa acerca do porvir dos mesmos. E toda demanda e complexidade da vida social, sobretudo o afastamento da mulher (mãe) do lar, por causa da sua inserção no mercado de trabalho, faz com que a família delegue para a escola além da função de ensinar, comportamentos, hábitos, valores e até mesmo higiene pessoal das crianças onde muitos vão para a escola sem tomar banho, com o fardamento sujo e os materiais escolares em péssimas condições. E este quadro é bastante notório nas classes populares.

É sabido que tanto a família, quanto a escola participam de fins comuns acerca da educação das gerações vindouras, entretanto, fazem uso de práticas dessemelhantes no intuito de obter tais fins, sendo que na família, essas práticas acontecem informalmente por meio de diversas atividades e hábitos diários e na

escola o conhecimento é disseminado de forma esboçada e intencional. Assim se a família e a escola caminham juntas, tornar-se-á mais possível uma educação de qualidade em ambas as instituições.

Através de diversos estudos no campo da psicologia, dá para inferir que o comportamento educativo, a conduta e a personalidade dos pais são consideradas elementos decisivos no que diz respeito ao desenvolvimento cognitivo e sócio-afetivo dos filhos. E no campo da sociologia o arcabouço familiar, nível cultural dos pais, sua constituição sociolingüística e, sobretudo a relação da mãe com seu filho, são elementos que podem influenciar no êxito escolar do mesmo. E tanto na escola, quanto na família através da aprendizagem a criança é influenciada.

É preciso que os alfabetizadores, professores e, sobretudo os pais compreendam que a educação informal que primeiramente a criança recebe na família e a institucionalizada e sistematizada que recebe ao chegar à escola, devem caminhar juntas de forma que almejem a melhoria da qualidade do ensino. E a escola deve está atenta ao contexto socioeconômico do aluno, para que não cometa práticas discriminatórias como acontece comumente com os alunos das classes populares, a fim de superar as desigualdades geradas por um ensino que descarta o contexto social do educando.

Diversos são os obstáculos acerca da aproximação da escola e da família, e a escola deve adotar uma postura compreensiva, onde ao invés de julgar a ausência dos pais na mesma, deverá primeiramente conscientizá-los da sua fundamental importância na vida escolar do filho, principalmente na fase da aprendizagem da aquisição da leitura e da escrita e investigar formas, atividades e métodos para que se realize tal aproximação.

A percepção sobre o contexto socioeconômico dos alunos das classes populares no processo de aprendizagem escolar, não deve ser descartado o professor deve estruturar seu planejamento diário, criar métodos que estejam compatíveis com tal realidade e levem em consideração os diversos problemas de variadas ordens que os filhos dos pais das classes populares levam para a escola.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante dos estudos realizados neste trabalho monográfico, buscou-se no objetivo geral, investigar, a partir da literatura e de entrevistas, como a família interfere no processo de aprendizagem escolar da criança no ciclo da alfabetização e os específicos, intenciou-se identificar o contexto econômico e social das crianças que apresentam dificuldades da aquisição da leitura e da escrita e compreender o papel da família na vida da criança no contexto atual de forma geral. Evidenciou-se também nesta pesquisa, que os grupos das classes populares são excluídos dos seus direitos civis, sociais, políticos e dos privilégios culturais, tendo-lhes arrancados o direito indispensável a favor de sua participação no poder e nos setores culturais de lazer e de prazer, ou seja, na luta pela transformação social e pela conquista e o exercício da cidadania. Dessa forma, pode ser comprovado que, quando a família não é bem estruturada, esta interfere comprometendo aprendizagem da leitura e da escrita da criança, sobretudo na fase da alfabetização. Pode ser ainda identificado, tanto através da literatura quanto nas entrevistas realizadas com alfabetizadores de instituições de ensino, públicas e privadas, que as crianças que apresentam dificuldades na aquisição da leitura e da escrita, na maioria das vezes, são oriundas de famílias que apresentam diversos problemas econômicos e sociais. E além do mais, conseguiu-se compreender também, o indispensável papel da família na vida da criança no contexto atual, já que, a mesma é a primeira instituição em que a criança inicia seu processo de aprendizagem e socialização.

Assim, no decorrer desta pesquisa, constatou-se também que, há ainda no município de Salvador, diversas problemáticas que a educação escolar pública ainda tem que enfrentar, pois as instituições de ensino apresentam problemas de diversas ordens como estrutura física, falta de recursos, déficit no quadro de professores, situação socioeconômica das famílias das crianças que a frequentam, que na sua maioria, são famílias que apresentam diversas dificuldades de ordem financeira, refletindo sobre a escola e conseqüentemente, interferindo no êxito da educação escolar das crianças.

É preciso que os responsáveis que desenvolvem programas de alfabetização atentem-se para que haja um objetivo maior no que se refere ao processo de alfabetização. Que esta seja impulsionadora de uma formação de uma sociedade mais justa e da constituição de uma identidade política e cultural do indivíduo e possa extinguir as discriminações e as exclusões políticas e socioeconômicas.

Ao analisar na literatura, nos documentos escolares e nas entrevistas realizadas com alguns alfabetizadores, tanto de instituições de ensino público e privado, a relação família-escola na educação escolar das crianças, sobretudo no ciclo da alfabetização, refletiu-se que a participação da família, principalmente das classes populares na vida escolar das crianças, ainda é muito pouca e a escola nem sempre estimula a frequência dos pais à mesma, onde na maioria das vezes, acaba adotando uma postura de crítica e julgamento em relação a ausência ou pouco acompanhamento dos pais na vida escolar dos seus filhos, ao invés de manter uma postura compreensiva e repensar em atividades extra as reuniões de pais e mestres que promova esta aproximação entre ambas.

Na reflexão acerca do histórico da família no intuito de evidenciar sua nova configuração e as transformações sofridas ao longo do tempo, pode-se perceber que a configuração da família atual se modificou e esta reflete diretamente na educação escolar das crianças. Onde a mãe, que antes ficava no lar cuidando dos filhos e do marido que era o provedor primordial da família, hoje a maioria das mulheres, sobretudo das classes populares, trabalham fora de casa a fim de garantir o sustento integral ou parcial da família, conseqüentemente restando pouco tempo para acompanhar melhor a aprendizagem escolar do seu filho. Estas mães ou responsáveis tutoriais acabam até mesmo se ausentando da educação doméstica dos mesmos e estes geralmente acabam sendo educados por outrem como: babás, professores, tios, avós ou passam mais tempo nas creches e escolas de tempo integral.

Já na breve reflexão acerca da função da escola, de acordo com a literatura percebeu-se, que a escola também vem sofrendo com os reflexos das diversas transformações sociais e problemáticas de ordem socioeconômicas e esta ainda

além de instruir os alunos e transmiti-lhes o conhecimento científico, na maioria das vezes, acaba desempenhando o papel da família de educar as crianças.

Diante das reflexões realizadas, acerca da temática já explanada, constatou-se que é preciso que haja uma colaboração de todos: comunidade escolar, responsáveis, alfabetizadores, o estado e, sobretudo a família na promoção de soluções de uma educação escolar de qualidade para as crianças, a fim que estas possam crescer e ter êxito no universo profissional e na sua vida como um todo. Além disso, constatou-se que o acesso à leitura e a escrita não deve ser simplesmente técnico e superficial e aconteça de forma reguladora e controladora acerca do exercício da cidadania, mas que se faça de forma a inserir “todos” na cultura letrada, onde estes possam se apropriar da leitura e da escrita como bem simbólico de uso político, cultural e social, se tornando um verdadeiro leitor e produtor de textos e que possam ainda, expressar seus pensamentos, suas reflexões e idéias fazendo bom uso das mesmas, para isso o apoio das famílias em muito contribuirá.

## Referências:

- BATTAGLIA, Maria do Céu Lamarão. **Terapia de família centrada no sistema**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <[www.rogeriana.com/battaglia/mestrado/tese02.htm](http://www.rogeriana.com/battaglia/mestrado/tese02.htm)>
- BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996. (p. 124-135).
- BRASIL. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96**. 2ª ed. Brasília: MEC, 2001.
- FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **A Compreensão do sistema de escrita: 1ª ed**. Barcelona, 1981.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários á prática educativa**. 28ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GRZYBWSKI, L.S. **Ser pai e ser mãe. Como compartilhar a tarefa educativa após o divórcio?** In: Wagner, A. et.al. **Desafios psicossociais da família contemporânea**. Porto Alegre: Artmed, 2011, p.112-121.
- JOSÉ FILHO, Mário. **A família como espaço privilegiado para construção da cidadania 1998**. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca. p.13.
- BRASIL; Ministério da Educação e da Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n° 9394/96)**. Senado federal, Brasília: 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>, acesso em 23 de junho de 2013.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** / José Carlos Libâneo. – 12ª ed. – São Paulo, Cortez, 2010. 208p.
- MARCONI, M de A.; LAKATOS, E.M. **Metodologia do trabalho científico**. 5ª ed. ver. Ampl. São Paulo: Atlas, 2001. p. 43-44.
- MINAYIO, Maria Cecília de Sousa. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 6ª ed. Petrópolis:Vozes, 1998. 80 p.
- MORESI, E. (Organizador), **Metodologia de Pesquisa**, Universidade Católica de Brasília, 2003.
- NEGRINE, Airton. **Aprendizagem e desenvolvimento infantil**. Porto Alegre: Prodil, 1994.
- PRADIME: **Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação /** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. – Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006. 176p. : il. – (Caderno de Textos); v.1.

PRADO, Danda. **O eu é família**. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos).

RIBEIRO, Custódio José Gomes. **A relação escola/família**. Dissertação (Mestrado em Ciências da educação) - faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, 2009. p 11. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/12162/1/Tese-Final.pdf>>, acesso em 22 de junho de 2013.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Jorge Zahar: Rio de Janeiro. (Prefácio e cap. 8), 2003, p. 7-12.

SEAGOE, May. Violet. **O processo de aprendizagem e a prática escolar**. 2ª ed. Vol. 107. SP: Companhia Editora Nacional, 1978.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento** / Magda Soares 6ª ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: contexto, 2011. 123p.

TEBEROSKY, ANA; COLOMER Teresa. **Aprender a ler e a escrever: uma proposta construtivista** / Ana Teberosky e Teresa Colomer, trad. Ana Maria Netos Machado – Porto Alegre: Artmes, 2003. 191p.

WAGNER, A; Tronco, C e Armani, A.B. **Os desafios da família contemporânea**. In: Wagner, A. et.al. Desafios psicossociais da família contemporânea. Porto Alegre: Artmed, 2011, p.19-35.

BRASIL. **PRADIME**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Pradime/cader\\_tex\\_1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Pradime/cader_tex_1.pdf)>, acessado em 23 de junho de 2013.

SMED SALVADOR. **ESPAÇO ALFABETIZAR-LETRAR**. Disponível em: <<http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/site/epv-alfabetizar-letrar.php>>, acessado em 21 de junho de 2013.

SMED SALVADOR. **Plano Municipal do Livro**. Disponível em: <<http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/site/pmllb.php>>, acessado em 22 de junho de 2013.

SECULT. **Plano Municipal de Educação 2010-2020**. Disponível em: <[http://www.secult.salvador.ba.gov.br/site/documentos/plano\\_municipal2010-2020.pdf](http://www.secult.salvador.ba.gov.br/site/documentos/plano_municipal2010-2020.pdf)>, acessado em 28 de junho de 2013.

RIZZO, Gilda, 1937-2ª edição. **Alfabetização Natural** / Gilda Rizzo. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 336p.

IBGE, **Cidades @**.

Disponível:<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=292740&search=bahia|salvador>>, acessado em 24 de junho de 2013.

**Crianças leitoras.** Disponível em <<http://www.desenvolvimentodebebes.com/criancas-leitorass/>>, acessado em 25 de julho de 2013.

CUNHA, Antonio Eugênio. **A história da Educação Privada Brasileira e o princípio democrático da livre iniciativa.** Disponível em: <[http://www.facefaculdade.com.br/arquivos/revistas/a\\_historia\\_da\\_educacao\\_privada\\_brasil\\_e\\_o\\_principio\\_democratico\\_da\\_livre\\_iniciativa.pdf](http://www.facefaculdade.com.br/arquivos/revistas/a_historia_da_educacao_privada_brasil_e_o_principio_democratico_da_livre_iniciativa.pdf)>, acessado em 07 de agosto de 2013.

LIMA, Tereza Cristina Ferraz de; PESSOA, Ana Cláudia Rodrigues Gonçalves. **Dificuldades de aprendizagem: principais abordagens terapêuticas discutidas em artigos publicados nas principais revistas indexadas no LiLacs de fonoaudiologia no período de 2001 a 2005.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcefac/v9n4/04.pdf>>, acessado em 20 de junho de 2013.

## Apêndice A



# UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

## FACULDADE DE EDUCAÇÃO

### CURSO DE PEDAGOGIA

DANIELA CONCEIÇÃO SANTOS

### Roteiro de entrevista

**Entrevistadora:** \_\_\_\_\_

**Entrevistada (o):** \_\_\_\_\_

**Característica da Instituição:** ( ) Pública ( ) Privada

O objetivo desta entrevista é validar de que forma está sendo efetivada a interferência da família na vida escolar das crianças, sobretudo no processo de alfabetização.

1. Quais as dificuldades frequentes encontradas pelos alunos de modo geral no processo da alfabetização?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

2. Com que frequência a escola incentiva os pais participarem de atividades interativas na escola juntamente com seus filhos?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

3. Os pais ajudam os filhos a realizarem a tarefa de casa?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

4. Os pais participam frequentemente das reuniões de pais e mestres?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

5. Com que frequência os pais procuram o professor para sinalizar possíveis dificuldades observadas na leitura e na escrita do seu filho?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_